

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – FUNÇÃO E CARREIRA DO PROCURADOR DO MUNICÍPIO	23
1. Introdução e breve histórico	23
2. Leis de regência da carreira	26
3. Constituição e a carreira do Procurador do Município (PEC 17/2012)	26
4. Teto remuneratório do procurador do município	30
5. A constitucionalidade do recebimento dos honorários sucumbenciais pelos procuradores municipais	32
CAPÍTULO II – FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL	35
1. Conceito	35
2. Prerrogativas processuais.....	36
2.1. Prazo em dobro para manifestações processuais e intimação pessoal do Procurador Municipal	37
2.2. Citação pessoal da Fazenda Pública Municipal	38
2.3. Revelia e a Fazenda Pública Municipal	40
2.4. Contestação pela Fazenda Pública Municipal	41
3. Taxas e custas judiciais.....	41
4. Tutela provisória de urgência cautelar e antecipada.....	42
5. Reexame necessário	44
5.1. O reexame necessário e a questão intertemporal.....	46
6. Denúnciação da lide e o município	46
7. Prescrição em face da fazenda pública.....	47
8. Das súmulas aprovadas na comissão nacional de advocacia pública.....	49
10. Questões de concursos.....	54
11. Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	58
CAPÍTULO III – O DIREITO TRIBUTÁRIO E OS IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	61
1. Introdução e conceito.....	61
1.1. Sistema Constitucional Tributário (artigo 145 e seguintes).....	63

2.	Princípios informadores.....	65
2.1.	Princípio da legalidade tributária	66
2.2.	Princípio da anterioridade tributária	69
2.3.	Princípio da isonomia tributária.....	72
2.4.	Princípio da irretroatividade tributária	74
3.	Imunidades	76
4.	Obrigação e crédito tributário	81
4.1.	Obrigação tributária	81
4.1.1.	Elementos da obrigação tributária	82
4.2.	Crédito tributário	83
4.3.	Suspensão do crédito tributário.....	85
4.4.	Extinção do crédito tributário.....	87
4.5.	Exclusão do crédito tributário	89
5.	Prescrição e decadência.....	90
5.1.	Decadência.....	90
5.2.	Prescrição.....	92
5.3.	Prescrição do crédito x prescrição intercorrente.....	94
6.	As espécies tributárias	97
6.1.	Impostos Municipais	101
6.1.1.	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN)	101
6.1.2.	IPTU	109
6.1.3.	ITBI	114
6.2.	Impostos Estaduais	116
6.3.	Impostos Federais	122
6.4.	Taxas	127
6.5.	Contribuições de melhoria.....	129
6.6.	Empréstimos compulsórios	132
6.7.	Contribuições especiais.....	133
7.	Questões de concursos.....	137
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	142
CAPÍTULO IV – A EXECUÇÃO FISCAL NO CONTEXTO MUNICIPAL		157
1.	Processo administrativo tributário	157
1.1.	Do lançamento.....	158

1.1.1.	Modalidades de lançamento	160
1.1.2.	Hipóteses de alteração do lançamento	162
1.2.	Controle de legalidade da inscrição em dívida ativa.....	164
1.3.	Passo a passo do Procurador do Município no processo administrativo	165
1.4.	Fluxograma – Processo administrativo	166
2.	Execução fiscal	167
2.1.	Considerações iniciais	167
2.2.	Propositura e seus documentos necessários.....	168
2.2.1.	Da competência territorial	170
2.3.	Citação	171
2.3.1.	Do redirecionamento da execução para os coobrigados	174
2.3.2.	Dos “demais” executados.....	175
2.3.3.	Da sucessão Tributária.....	177
2.4.	Busca e substituição de bens	178
2.4.1.	Penhora on-line e a desnecessidade de se esgotar outras formas de buscas	184
2.5.	Hasta pública e adjudicação.....	186
2.6.	Isenção de taxas judiciais.....	186
2.7.	Honorários advocatícios.....	187
2.8.	Da prescrição decretada de ofício pelo juiz da execução – formalidades necessárias.....	190
2.9.	Manifestações e defesas cabíveis pelo executado	193
2.9.1.	Embargos.....	193
2.9.2.	Exceção de pré-executividade	197
2.9.3.	As demais ações autônomas.....	200
2.10.	A medida cautelar fiscal	204
2.11.	Recursos cabíveis	205
2.12.	Alternativas à execução fiscal na arrecadação tributária	206
2.13.	Lei formal autorizativa do não ajuizamento de execuções fiscais de créditos de pequeno valor	208
3.	Passo a passo do Procurador no processo administrativo e na execução fiscal	210
4.	Fluxograma – Execução fiscal	212
5.	Modelos de peças processuais e manifestações.....	213
5.1.	Modelo de petição inicial de execução fiscal.....	213

5.2.	Modelo de petição de inclusão de sócio coobrigado	214
5.3.	Modelo de petição requerendo penhora on-line	215
5.4.	Modelo de petição requerendo penhora de faturamento	215
5.5.	Modelo de resposta à exceção de pré-executividade	217
5.6.	Modelo de agravo de instrumento em face de decisão que indeferiu requerimento de citação postal	221
5.7.	Modelo de parecer a respeito de exclusão de coobrigado da execução fiscal	224
5.8.	Modelo de ação cautelar fiscal.....	225
5.9.	Modelo de agravo de instrumento em face de decisão que alterou a competência territorial da execução fiscal	229
6.	Questões de concursoS.....	233
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	239

CAPÍTULO V – A EXECUÇÃO CONTRA O MUNICÍPIO E OS PRECATÓRIOS JUDICIAIS..... 243

1.	A execução contra a fazenda pública e suas peculiaridades	243
1.1.	O cumprimento de sentença e sua defesa.....	243
1.2.	A execução de título extrajudicial e o instrumento cabível para defesa.....	246
1.3.	Cumprimento provisório de sentença em face do município.....	247
1.4.	A súmula 306 do STJ e a sucumbência recíproca na vigência do CPC/2015.....	249
2.	Precatórios e a Fazenda Pública.....	250
2.1.	Visão geral.....	250
2.2.	Dos juros e correção monetária e a questão intertemporal.....	256
2.2.1.	A aplicação do art. 1º-F nas condenações por encargos trabalhistas inadimplidos por empresa terceirizada.....	260
2.3.	EC 62: alterações no procedimento dos precatórios e a posterior declaração de inconstitucionalidade pelas ADIs 4357 e 4425.....	260
2.4.	A Lei complementar 151 e o uso do depósito judicial pelos entes públicos	264
3.	Passo a passo da atuação do procurador nas execuções contra o Município e o processamento do precatório.....	267
4.	Fluxograma	268
5.	Modelos de petições e manifestações	269
5.1.	Modelo de petição de embargos à execução de RPV	269
5.2.	Modelo de impugnação à execução (versão simplificada)	269
5.3.	Modelo de manifestação em relação a sequestro de verbas públicas	270

5.4.	Modelo de manifestação sobre fracionamento de RPV.....	271
5.5.	Modelo de ofício requisitando informações sobre o pagamento de RPV	271
5.6.	Modelo de petição de concordância com os cálculos apresentados para pagamento de RPV	272
5.7.	Modelo de petição de execução invertida	272
5.8	Modelo de impugnação a execução de sentença sobre sucumbência recíproca dentro do CPC/2015	273
6.	Questões de concursos.....	274
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	277
CAPÍTULO VI – LICITAÇÃO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO		289
1.	Conceito	289
2.	Natureza jurídica.....	289
3.	Princípios informadores.....	290
3.1.	Princípio da publicidade	290
3.2.	Princípio da legalidade.....	291
3.3.	Princípio da impessoalidade.....	292
3.4.	Princípio da moralidade.....	292
3.5.	Princípio da igualdade	293
3.6.	Princípio da probidade administrativa	293
3.7.	Princípio do julgamento objetivo.....	294
3.8.	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	295
4.	Dispensa	295
5.	Inexigibilidade.....	299
5.1.	Contratação de escritório de advocacia pelo ente municipal.	300
6.	Modalidades de licitação	302
6.1.	Concorrência	302
6.2.	Tomada de preço	303
6.3.	Convite	304
6.4.	Concurso.....	304
6.5.	Leilão	305
6.6.	Pregão.....	305
7.	Tipos de licitação – critérios de julgamento.....	307
8.	Sistema de registro de preço.....	307

9.	Regime diferenciado de contratações públicas – Lei Federal nº 12.462/2011.....	308
9.1.	Medida Provisória 961/2020 (Covid 19) e suas implicações na sistemática das contratações públicas	309
10.	Anulação e revogação	313
11.	Recursos administrativos	313
12.	Análise da licitação pelo Procurador do Município	314
12.1.	Verificação de pressupostos	314
12.2.	Pareceres emitidos.....	314
12.3.	Julgamento de recursos administrativos.....	316
13.	Passo a passo da Licitação e a participação do Procurador do Município.....	317
14.	Fluxogramas	318
15.	Modelos de petições e manifestações	319
15.1.	Modelo de parecer técnico em relação a pedido de revisão contratual.....	319
15.2.	Modelo de parecer em relação a revogação contratual	323
15.3.	Modelo de parecer em relação a aumento do objeto na licitação	326
15.4.	Modelo de parecer para análise de abertura de licitação.....	327
15.5.	Modelo de parecer em relação a pedido de alteração cadastral	328
15.6.	Modelo de parecer em relação a pedido de aditamento de quantitativo do contrato	330
15.7.	Modelo de parecer em relação à alteração contratual	332
15.8.	Modelo de parecer em relação à prorrogação de prazo.....	333
15.9.	Modelo de parecer em relação à aprovação de medição	335
16.	Questões de concurso.....	337
17.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	342
CAPÍTULO VII – DESAPROPRIAÇÃO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO		345
1.	Conceito	345
2.	Natureza jurídica.....	345
3.	Pressupostos	345
4.	Fase declaratória	345
5.	Fase executória	346
6.	Desapropriação ordinária	347
7.	Desapropriação extraordinária	347
7.1.	Desapropriação extraordinária urbanística sancionatória	348
7.2.	Desapropriação extraordinária rural	348

7.3.	Desapropriação extraordinária confiscatória.....	348
8.	Desapropriação indireta.....	349
9.	Retrocessão.....	350
10.	Direito de extensão.....	350
11.	Ação judicial de desapropriação	350
11.1.	Pressupostos e documentos indispensáveis	351
11.2.	Contestação.....	351
11.3.	Imissão provisória na posse	352
11.4.	Desistência da desapropriação.....	353
11.5.	Reexame necessário.....	354
12.	Registro do imóvel desapropriado.....	354
13.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município.....	355
14.	Fluxogramas.....	356
15.	Modelos de petições e manifestações	357
15.1.	Modelo de decreto declaratório de utilidade pública do imóvel.....	357
15.2.	Modelo de decreto expropriatório.....	357
15.3.	Modelo de portaria designando comissão para laudo de avaliação	358
15.4.	Modelo de ação judicial de desapropriação	358
16.	Questões de concursos.....	360
17.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	364
CAPÍTULO VIII – RESPONSABILIDADE CIVIL E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO.....		367
1.	Visão geral.....	367
1.1.	Responsabilidade estatal: características diferenciadoras	369
2.	Responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública (buraco)	371
2.1.	Defesas judiciais cabíveis.....	371
2.1.1.	Preliminar de falta de interesse de agir – ausência de pedido administrativo.....	371
2.1.2.	Ônus probante e insuficiência de provas.....	373
2.1.3.	Culpa – responsabilidade subjetiva.....	373
2.1.4.	Culpa exclusiva da vítima.....	374
2.1.5.	Culpa concorrente.....	374
3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações de responsabilidade civil.....	375

3.1.	Responsabilidade civil geral	375
3.1.1.	O Município como autor	375
3.1.2.	O Município como réu	375
3.2.	Responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública.....	376
4.	Fluxogramas.....	377
4.1.	Responsabilidade Civil.....	377
4.2.	Ação de Responsabilidade Civil por Defeito na Pavimentação Pública	378
5.	Modelos de peças	379
5.1.	Modelo de petição inicial em ação de obrigação de fazer	379
5.2.	Modelo petição inicial de ação indenizatória	380
5.3.	Modelo petição de defesa escrita em ação de responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública	381
5.4.	Modelo de petição requerendo intimação pessoal – art. 183 CPC.....	387
5.5.	Modelo de petição requerendo reabertura de prazo para defesa	388
6.	Questões de concursos.....	388
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	393

CAPÍTULO IX – ASPECTOS DO DIREITO DO TRABALHO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO 401

1.	O regime trabalhista na Administração Pública	401
1.1.	A reforma trabalhista – Breves considerações.....	404
2.	Terceirização na Administração Pública e a súmula 331 do TST.....	405
2.1.	A responsabilidade subsidiária e a reforma trabalhista	409
3.	Estabilidade do empregado público	411
4.	Aposentadoria e extinção do contrato de trabalho	413
5.	Contrato temporário e verbas trabalhistas.....	415
6.	A competência da justiça do trabalho no artigo 114 da CF a partir da ec 45.....	416
7.	Restrições ao direito de greve.....	418
8.	A execução contra a fazenda pública municipal no âmbito trabalhista	420
9.	Orientações jurisprudenciais do tribunal superior do trabalho – TST	421
10.	Passo a passo do Procurador do Município na Reclamação Trabalhista	422
11.	Fluxograma	424
12.	Modelos de petições e manifestações	425
12.1.	Modelo de petição de contestação.....	425
12.2.	Modelo de petição de recurso ordinário	431
12.3.	Modelo de petição de agravo de petição.....	434

12.4.	Modelo de petição de recurso de revista	435
12.5.	Modelo de petição de contrarrazões em reclamatória trabalhista	439
13.	Questões de concursos	442
14.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	447
CAPÍTULO X – A SAÚDE E SUA JUDICIALIZAÇÃO		461
1.	Competência constitucional	461
1.1.	Da (não) obrigação estatal em fornecer medicamento não registrado pela Anvisa.....	466
2.	Responsabilidade do ente público municipal	467
3.	Defesas judiciais cabíveis	470
3.1.	Preliminares.....	471
3.1.1.	Falta de interesse processual – Ausência de pedido administrativo	471
3.1.2.	Perda do objeto	472
3.1.3.	Chamamento ao processo dos Entes Federados	472
3.2.	Do mérito.....	473
3.2.1.	Reserva do possível.....	473
3.2.2.	Judicialização da saúde pelo poder judiciário (ofensa ao princípio da harmonia entre os poderes – separação de poderes).....	475
4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações que envolvam o direito à saúde	477
5.	Fluxograma	478
6.	Modelos de petições e manifestações	478
6.1.	Modelo de petição de contestação envolvendo fornecimento de medicamento.....	478
6.2.	Modelo de petição de apelação.....	483
6.3.	Modelo de petição de apelação sob a alegação de perda do objeto	485
6.4.	Modelo de ofício requerendo a comprovação da tutela antecipada	487
6.5.	Modelo de contestação com preliminar do Resp nº 1.657.156/RJ – obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS (Tema 106).....	487
7.	Questões de concursos.....	496
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	498
CAPÍTULO XI – O PAPEL DO MUNICÍPIO NO DIREITO AMBIENTAL		503
1.	Considerações iniciais sobre o direito ambiental	503
2.	Princípios informadores.....	505

2.1.	Princípio da ubiquidade.....	505
2.2.	Princípio do desenvolvimento sustentável	505
2.3.	Princípio da participação	505
2.4.	Princípio da função socioeconômico-ambiental da propriedade	506
2.5.	Princípio do mínimo existencial ecológico	506
2.6.	Princípio da proibição do retrocesso ecológico	506
2.7.	Princípio do poluidor pagador e do usuário pagador.....	506
2.8.	Princípio da precaução e prevenção.....	507
3.	Competência constitucional	507
4.	Procedimento do licenciamento ambiental	510
5.	Interesse local: norma mais favorável	512
6.	A responsabilidade estatal no Direito Ambiental.....	513
7.	O Direito Ambiental em face do CPC/2015 e a (IM)possibilidade de composição.....	515
8.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações ambientais – polo ativo e polo passivo.....	516
9.	Fluxograma	517
9.1.	Licenciamento ambiental.....	517
10.	Modelos de petições e manifestações	517
10.1.	Modelo de petição de recurso administrativo	517
10.2.	Modelo de recurso administrativo com pedido de efeito suspensivo	519
10.3.	Modelo de ofício referente à autuação ambiental	521
11.	Questões de concursos.....	522
12.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	527
CAPÍTULO XII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO.....		531
1.	Juizado especial da fazenda pública.....	531
1.1.	Considerações iniciais	531
1.2.	Pontos diferenciadores previstos na lei	532
1.3.	Da audiência de conciliação e sua “real” necessidade	535
1.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações de competência do Juizado da Fazenda Pública.....	537
1.5.	Fluxogramas	538
1.6.	Modelos de petições e manifestações.....	539
1.6.1.	Modelo de petição de requerimento de cancelamento de audiência inicial.....	539

2.	Intervenção anômala	540
2.1.	Considerações iniciais	540
2.2.	Hipóteses autorizadoras	541
2.3.	Peculiaridades	543
2.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações passíveis de intervenção anômala	543
2.5.	Fluxograma.....	544
	Intervenção Anômala	544
2.6.	Modelos de petições e manifestações.....	545
2.6.1.	Modelo de petição requerendo a intervenção do Município	545
3.	Ação monitoria	546
3.1.	Considerações iniciais	546
3.2.	Procedimento	547
3.3.	Ação Monitoria em face do Município e sua (im)possibilidade	548
3.4.	Ação Monitoria proposta pelo Município	550
3.5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na ação monitoria ..	551
3.6.	Fluxograma – Ação Monitoria em face do Município	551
3.7.	Modelos de petições e manifestações.....	552
3.7.1.	Modelo de embargos à ação monitoria	552
4.	Suspensão de liminar/segurança.....	556
4.1.	Considerações iniciais	556
4.2.	Procedimento	558
4.3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na suspensão de segurança / liminar	561
4.4.	Fluxograma.....	561
4.5.	Modelos de petições e manifestações.....	562
4.5.1.	Modelo de suspensão de segurança.....	562
5.	Reclamação constitucional	574
5.1.	Considerações iniciais	574
5.2.	Procedimento	575
5.3.	Hipóteses de cabimento	577
5.3.1.	Preservar a competência dos tribunais (art. 988, I)	577
5.3.2.	Garantia da autoridade de decisões de Tribunal (art. 988, II).....	577
5.3.3.	Garantia da observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (art. 988, III) ...	577

5.3.4.	Garantia da observância de enunciado de súmula vinculante e de precedente proferido em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência (art. 988, IV)	578
5.4.	Reclamação Constitucional e as Súmulas Vinculantes	579
5.5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na reclamação constitucional	579
5.6.	Fluxograma.....	580
5.7.	Modelos de petições e manifestações.....	581
5.7.1.	Modelo de reclamação constitucional.....	581
6.	Ação civil pública no contexto municipal	591
6.1.	Considerações iniciais	591
6.2.	O artigo 16 da LACP	593
6.3.	Breves noções sobre o termo de ajustamento de conduta.....	594
6.4.	Passo a passo da atuação do procurador do município na Ação Civil Pública.....	595
6.5.	Fluxograma.....	596
6.6.	Modelos de petições e manifestações.....	597
6.6.1.	Modelo de Termo de ajustamento de conduta.....	597
6.6.2.	Modelo de contestação em ação civil pública.....	597
6.6.3.	Modelo de contraminuta de agravo de instrumento em ação civil pública.....	601
7.	Ação rescisória.....	603
7.1.	Considerações iniciais	603
7.2.	A Fazenda Pública na Ação Rescisória.....	606
7.3.	Passo a passo da atuação do procurador do município na ação rescisória	607
7.4.	Fluxograma.....	608
7.5.	Modelos de petições e manifestações.....	608
7.5.1.	Modelo de ação rescisória – petição inicial	608
7.5.2.	Modelo de contestação em ação rescisória	615
8.	Mandado de Segurança	622
8.1.	Considerações iniciais	622
8.2.	Prazo de interposição	624
8.3.	Legitimidade ativa e passiva no Mandado de Segurança.....	625
8.4.	Espécies de Mandado de Segurança	626
8.5.	Hipóteses vedadoras de utilização do mandado de segurança	627

8.6.	Concessão de liminar em mandado de segurança.....	628
8.7.	Das informações prestadas.....	629
8.8.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município no mandado de segurança.....	629
8.9.	Fluxograma.....	630
8.10.	Modelos de petições e manifestações.....	630
	8.10.1. Modelo de petição de cadastramento.....	630
	8.10.2. Modelo de manifestação em mandado de segurança.....	631
	8.10.3. Modelo de informações em mandado de segurança.....	631
9.	questões de concursos.....	640
10.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema.....	646

CAPÍTULO XIII – O ESTATUTO DA CIDADE E O PAPEL DO MUNICÍPIO EM SEU CUMPRIMENTO..... 649

1.	Considerações gerais SOBRE DIREITO URBANÍSTICO.....	649
2.	O estatuto da cidade.....	651
3.	O Plano Diretor.....	653
4.	Dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade.....	655
	4.1. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	655
	4.2. IPTU progressivo no tempo.....	656
	4.3. Desapropriação com pagamento em títulos.....	657
	4.4. Usucapião especial de imóvel urbano.....	658
	4.5. Direito de superfície.....	660
	4.6. Direito de preempção.....	662
	4.7. Outorga onerosa do direito de construir e alteração do uso do solo.....	663
	4.8. Operações urbanas consorciadas e potencial adicional de construção.....	665
	4.9. Transferência do direito de construir.....	667
	4.10. Estudo de impacto da vizinhança.....	668
5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município Nos instrumentos de política urbana – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios – IPTU progressivo no tempo – desapropriação.....	669
6.	Fluxograma – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios – IPTU progressivo no tempo – desapropriação.....	670
7.	Modelos de petições e manifestações.....	671
	7.1. Modelo de ação judicial de desapropriação.....	671

7.2.	Modelo de petição inicial de execução fiscal tendo por objeto o IPTU progressivo no tempo.....	672
8.	Questões de Concursos	674
9.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	679
CAPÍTULO XIV – A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA DENTRO DO CONTEXTO MUNICIPAL.....		681
1.	Noções gerais (e as alterações trazidas pela EC N° 103/2019)	681
2.	O regime previdenciário municipal e suas características peculiares	687
2.1.	O § 1º do artigo 149 da CF/1988	687
2.2.	A não regularidade previdenciária do município e suas consequências.....	689
3.	Passo a passo da atuação do procurador do município na instituição da contribuição social, nos termos do artigo 149, § 1º, CF/1988	690
4.	Fluxograma	691
5.	Questões de Concursos	691
6.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	694
CAPÍTULO XV – OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A FAZENDA PÚBLICA.....		697
1.	Considerações iniciais.....	697
2.	Os negócios jurídicos processuais no cpc/2015.....	699
3.	O papel da fazenda pública nos negócios jurídicos processuais.....	702
4.	Passo a passo da atuação do procurador nos negócios jurídicos processuais	705
5.	Fluxograma – Negócios jurídicos processuais.....	706
6.	Modelos de petições e manifestações	706
6.1	Modelo de petição de acordo quanto a alteração da data da audiência designada	706
6.2	Modelo de petição de negócio jurídico processual versando sobre acordo sobre prazos e medidas a serem tomadas	707
7.	Questões de Concursos	710
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	712
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		717